

## ORIENTAÇÃO

Senhores Licitantes/Fornecedores,  
Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**

A imagem mostra a interface do sistema Compras.gov.br. No topo, há uma barra de navegação com o logo e o nome do sistema. Abaixo, há uma seção de filtros de busca intitulada 'Parâmetros de pesquisa'. Nesta seção, há opções para filtrar por 'Situação' (Em andamento, Finalizadas), 'Etapa' (Abertas para participação, Em disputa, Em seleção de fornecedores), 'Modalidade' (Todas as modalidades), 'Critério de julgamento' (Todos os critérios de julgamento), 'Unidade compradora' e 'Número da compra'. Há também uma opção para 'Preferências ME/EPP'. Um botão 'Pesquisar' está localizado à direita dos filtros.

- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

---

**LICITAÇÃO N.º 90.033/2024**  
**Pregão Eletrônico – Registro de Preços**  
**Protocolo n.º 18.300/2023 (PAD)**

**ABERTURA DA LICITAÇÃO**  
**DIA 09/10/2024 às 14:00 HORAS**

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço do lote**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **09 (nove) de outubro de 2024, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Compras.gov.br* - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência – Anexo I, o Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo II, a Ata de Registro de Preços – Anexo III e a Minuta do Contrato – Anexo IV.**

## **2. DO OBJETO**

2.1. Registro de Preços para contratação de serviço de disponibilização de licenças para uso durante o período de subscrição, contemplando a renovação e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, gerenciamento de acesso remoto privilegiado, gerenciamento de identidades e proteção de endpoint da solução Cyberark, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (órgão participante), conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO**

**3.1. Poderão participar deste certame as empresas:**

a) que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores;

b) cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

**3.1.1.** Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4. Não poderá participar desta licitação:**

**3.4.1.** Pessoa física.

**3.4.2.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**3.4.3.** Entidades empresariais reunidas em consórcio<sup>1</sup>.

**3.4.4.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**3.4.5.** Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**3.4.5.1.** O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.4.6.** Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área

<sup>1</sup> Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**3.4.6.1.** A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.4.7.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**3.4.8.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**3.4.9.** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.4.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**3.4.11.** Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.4.11.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.5.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.6.** O licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

**3.6.1.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

**3.7.** O licitante deverá estar inscrito no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

**3.7.1.** O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.7.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.8.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.9.** Ao participar de processo licitatório, o representante legal do licitante, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto desta contratação, o CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

#### **4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS<sup>2</sup>**

**4.1.** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

**4.1.1.** Até a abertura da Sessão Pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

**4.2.** O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

**4.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.4.** O valor máximo aceitável unitário para cada item que compõe o lote consta no item 3.1.1 do Termo de Referência – Anexo I.

**4.4.1.** As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a contratação.

**4.5.** A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao

<sup>2</sup> O licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

quantitativo total estimado para cada item, conforme item 3.1.1 do Termo de Referência.

**4.6.** Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas<sup>3</sup> (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**4.8.** O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**4.8.1.** Caso o licitante vencedor não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

**4.9.** Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigará-se à prestação do serviço descrito neste edital.

**4.10.** As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

**4.11.** A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**4.12.** Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

**4.13.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

**4.13.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

---

<sup>3</sup> Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/17).

**4.13.2.** Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**4.13.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**4.13.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.13.5.** Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

**4.13.6.** Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.13.7.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A partir do início da Sessão Pública, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

**6.1.1. Os lances serão ofertados pelos valores UNITÁRIOS DOS ITENS**, sendo que a desclassificação em qualquer um dos itens implicará a desclassificação da proposta para o respectivo lote.

**6.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**6.2.1.** O licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**6.3.** Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

**6.4.** Embora a classificação final seja pelo valor total do lote, a disputa será por item e os lances ofertados devem estar dentro do valor estimado constante nesse edital. A cada lance ofertado por item, o sistema atualizará automaticamente o valor total do lote, sagrando-se vencedora o licitante que ofertar o menor valor total do lote.

**6.4.1.** A contratação posterior de item específico do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

**6.5.** No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.7.** O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**6.8.** Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

**6.8.1.** A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

**6.8.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**6.8.3.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.8.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.8.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.9.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.10.** No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da



etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.10.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

**6.11.** Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

**6.12.** Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

**6.13.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.13.1.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas brasileiras;
- b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço estipulado para a contratação.

**7.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**7.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.3.1.** Havendo solicitação de negociação, será encaminhada contraproposta ao fornecedor, que deverá apresentar resposta no período máximo de 30 (trinta) minutos a contar do recebimento da contraproposta.

**7.4.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

**7.4.1.** Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

**7.4.1.1.** Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.

**7.5.** O(a) pregoeiro(a) efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO DO LOTE**.

**7.5.1.** Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 3.1.1 do Termo de Referência – Anexo I.

**7.5.2.** Para a aceitação da proposta, o licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

**7.6.** Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim

sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**7.7.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;

b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

**7.7.1.** Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**7.7.1.1.** Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

**7.7.2.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

**8.1.** Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**8.1.1.** Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form)) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

**8.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

**8.1.2.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**8.1.2.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**8.1.3.** Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## **8.2. A documentação de habilitação consistirá em:**

### **8.2.1. Habilitação jurídica:**

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

### **8.2.3. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

**8.2.3.1.** A comprovação desta habilitação obtida *on line* pelo(a) pregoeiro(a), que verificará a validade dos documentos.

**8.2.3.2.** Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o(a) pregoeiro(a) poderá consultar o documento do licitante vencedor nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

**8.2.3.2.1.** Caso o(a) pregoeiro(a) não logre êxito em obter a certidão

correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação<sup>4</sup>.

**8.2.4.** No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **8.3. Exigir-se-á dos licitantes as declarações:**

- a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;
- b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

<sup>4</sup> Conforme IN 03/2018 SICAF.

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

**8.3.1.** As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.13.

**8.3.2.** O licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do(a) pregoeiro(a), os documentos que não constem no SICAF e no caso de cooperativas, os documentos exigidos 8.2.4, incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

**8.4.** Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

**8.5.** O prazo previsto nos itens 8.3.2 e 8.4 poderá ser prorrogado por igual período em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente<sup>5</sup>.

**8.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.7.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o(a) pregoeiro(a) considerará o licitante inabilitado, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

**8.8.** Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

## **9. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

**9.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**9.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**9.2.** No prazo de até 1 (um) dia útil contado da homologação da licitação, os interessados em compor o Cadastro de Reserva deverão enviar e-mail para [scon@tre-pr.jus.br](mailto:scon@tre-pr.jus.br), com as seguintes informações:

<sup>5</sup> Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5º.

<b>Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço completo (com CEP):</b>
<b>Telefone:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Nº Conta Corrente:</b>
<b>Nome do Representante Legal (que assinará o contrato):</b>
<b>CPF do Representante Legal (que assinará o contrato):</b>
<b>Número da Licitação:</b>
<b>Valor(es) ofertado(s) para cada item, nos termos dos itens 9.1.1 e 9.1.2:</b>

**9.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

**9.3.1.** A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificada;

**9.3.2.** Para fins da ordem de classificação, aos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**9.4.** O chamamento dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

**9.4.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

**9.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

**9.4.3.** Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 9.3, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação dos licitantes, conforme itens 7 e 8 deste edital.

**9.5.** Na hipótese de nenhuma dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**9.5.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**9.5.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a

negociação de melhor condição.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**10.2.** O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

**10.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

**10.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência – Anexo I, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, nos termos do item 9.

**10.8.** Poderá ser autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos previstos no Decreto nº 11.462/23, bem como no Anexo III (minuta do Ata de Registro de Preços) deste edital.

## **11. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO<sup>6</sup>**

**11.1. Das informações a serem encaminhadas antes da assinatura do contrato:** em até 3 (três) dias úteis contados da homologação do certame, o licitante vencedor deverá encaminhar, via e-mail, para a Seção de Contratos ([scon@tre-pr.jus.br](mailto:scon@tre-pr.jus.br)), com cópia para a Seção de Execução Orçamentária ([seo@tre-pr.jus.br](mailto:seo@tre-pr.jus.br)), as seguintes informações:

<b>Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço completo (com CEP):</b>

<sup>6</sup> Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.



<b>Telefone:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Nº Conta Corrente:</b>
<b>Nome do Representante Legal (que assinará o contrato):</b>
<b>CPF do Representante Legal (que assinará o contrato):</b>

**11.1.1.** O título do e-mail solicitado no item 11.1 deverá ser: PE 90.033/2024 – Informações para formalização da contratação.

**11.2.** A Contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até **10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato**, conforme item 4.6.11 do Termo de Referência – Anexo I, a declaração constante no Anexo II (**Termo de Sigilo e Responsabilidade**), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral;

**11.2.1.** O documento acima deverá ser preenchido e assinado pelo representante legal da empresa.

**11.3.** A Contratada deverá entregar ao gestor da contratação a documentação comprobatória da **certificação dos profissionais** envolvidos, conforme item 4.5.2 do Termo de Referência – Anexo I.

## **12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**12.1.** O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br)), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

**12.2.** O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

**12.4.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br), sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pelo(a) pregoeiro(a).

## **13. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

**13.2.** Após a indicação da empresa vencedora pelo(a) pregoeiro(a) e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e

Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, para formalizar o contrato pertinente.

**13.3.** O TRE-PR - SCON convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

## **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** Conforme disposições constantes na minuta do contrato.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa.

**15.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a);

**15.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**15.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**15.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**15.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**15.1.5.** Fraudar a licitação.

**15.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**15.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**15.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**15.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);
- b) Multa aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da contratação;
- c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

**15.2.1.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**15.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.4.** Para as infrações previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2, o licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

**15.5.** Para a infração prevista no item 15.1.3, o licitante estará sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor total homologado.

**15.6.** Para as infrações previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.8, o licitante estará sujeito à multa de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

**15.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1 a 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**15.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de

impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**15.9.** Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica o licitante vencedor sujeito às penalidades previstas na minuta do Contrato (anexa a este edital).

**15.10.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**15.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**15.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**15.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**15.15.** As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**15.16.** A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**15.17.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

## **16. DOS RECURSOS**

**16.1.** Das decisões proferidas pelo(a) pregoeiro(a), caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

**16.2.** A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, no momento da divulgação do vencedor desde que

manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**16.2.1.** Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

**16.3.** A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

**16.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.5.** Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

## **17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** O(a) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

**17.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**17.3.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**17.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).

**17.6.** Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

**17.7.** No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

**17.8.** Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do

presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

**17.9.** O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

## **18. INFORMAÇÕES**

**18.1.** Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital, na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ([www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)).

**18.2.** Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

**1.** Comissão de Contratação: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou e-mail [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br);

**2.** Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4818, (41) 3072-4796, (41) 3330-8753, (41) 3330-8598 ou e-mail [seled@tre-pr.jus.br](mailto:seled@tre-pr.jus.br).

**18.3.** O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 24 de setembro de 2024.

**Sandra Mara Kovalski dos Santos**  
Pregoeira

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Registro de Preços para contratação de serviço de disponibilização de licenças para uso durante o período de subscrição, contemplando a renovação e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, gerenciamento de acesso remoto privilegiado, gerenciamento de identidades e proteção de *endpoint* da solução *Cyberark***, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.
- 1.2. Natureza do Objeto:** Serviço Comum de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- 1.2.1. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns porque constituem solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, composto por licenças, instalação e configuração, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. Enquadramento para fins de vigência:** serviço de licenças para uso durante o período de subscrição, contemplando o serviço de instalação e configuração.
- 1.4. Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação:** O prazo de vigência da contratação será de até 36 (trinta e seis) meses contados da instalação das licenças, podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. Código SIASG: 27022**

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO)**

- 2.1.** A presente contratação tem como razão a necessidade de serviço de proteção e gerenciamento de identidades privilegiadas, gerenciamento de acesso e *endpoints*.
- 2.2.** O quantitativo a ser contratado foi definido conforme Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.3.** A justificativa para o parcelamento ou não do objeto foi apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO<sup>1</sup>**

- 3.1.** Deverão ser fornecidos os seguintes *softwares* e seus respectivos licenciamentos de acordo com o ambiente computacional da Solução *Cyberark* já em uso no TRE-PR, além dos serviços descritos neste Termo de Referência:

<sup>1</sup> Descrição da Solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto (art. 6º, XXIII, "c" da Lei 14.133/21).

LOTE ÚNICO						
ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA	QTDE TRE/PR	QTDE TRE/PA	Valor máximo aceitável UNITÁRIO
1	WORKFORCE-STANDARD-USER-SAAS	Workforce Identity Standard per user	36 meses	3.000	150	R\$ 724,98
2	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	36 meses	60	50	R\$ 22.785,36
3	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	24 meses	20	-	R\$ 16.769,77
4	EXT-VENDOR-USER-SUBS	PAM Remote Vendor User with Advanced Remote Access for 10 remote users	36 meses	03	02	R\$ 93.522,06
5	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	36 meses	2.500	1450	R\$ 724,22
6	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	24 meses	1000	-	R\$ 581,16
7	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	10 meses	1.000	-	R\$ 295,31
8	EPM-TARGET-SVR-SAAS	EPM for Server per server	36 meses	50	40	R\$ 2.881,16
9	APP-REGIONS-SUBS	Secret management enterprise with Conjur enterprise and Credential Providers for a single region or datacenter	36 meses	02	-	R\$ 1.279.703,08
10	Serviço de Instalação e configuração	Serviço de Instalação e configuração de forma remota das Soluções Cyberark	01 dia (8h)	40	10	R\$ 11.356,50

3.1.1. **Itens 1 a 9:** Deverão ser fornecidos de acordo com a descrição de cada item ou possuir características técnicas superiores, obedecendo ao respectivo quantitativo estabelecido no item



### 3.1.

- 3.1.2. O Item 1 deverá englobar a funcionalidade de MFA (Múltiplo Fator de Autenticação) anteriormente fornecido pelo PART NUMBER "IAMFA-B2E-USER-SAAS" ou a licença correspondente a esta funcionalidade deverá ser acrescida em mesma quantidade.
- 3.1.3. Os itens 5, 6, 7 são referentes ao mesmo produto, porém com prazos de validade diferentes.
- 3.1.4. O item 10, Serviço de Instalação e configuração, deverá ser fornecido pela CONTRATADA de forma remota ou presencial, em pacotes de 8 (oito) horas por dia a serem solicitados pelo CONTRATANTE, para disponibilização da quantidade de licenças contratadas no painel da ferramenta.
- 3.1.5. O serviço de instalação e configuração deverá ser realizado de acordo com o especificado no item 4.5 e seguintes.
- 3.1.6. O início dos serviços profissionais de implementação da solução somente deverá ser realizado após comunicação direta e agendamento com a equipe técnica da CONTRATANTE, devendo acontecer em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato pela Contratada.
- 3.1.7. O processo de agendamento será baseado no esforço dedicado, com antecedência mínima de 1 (uma) semana, devendo ocorrer preferencialmente em dias consecutivos, com agendamento mínimo de 8 (oito) horas de serviço.
- 3.1.8. O cancelamento do serviço agendado pelo CONTRATANTE deverá ocorrer com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas para a não contabilização de horas.
- 3.1.9. Os serviços deverão ser executados por profissionais da fabricante da solução ou fornecedor autorizado com experiência em atividades nas soluções descritas no documento, sendo da contratada a total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações atinentes à prestação de serviço, contemplando o fornecimento de todo processo de planejamento e *design*, arquitetura e implementação da solução proposta, fornecendo a documentação do ambiente.
- 3.1.10. A CONTRATANTE disponibilizará infraestrutura física e/ou virtual para instalação e configuração da solução, devendo a instalação e configuração ser iniciada após a aprovação do desenho da arquitetura elaborado pela CONTRATADA
- 3.1.11. Todos os componentes de licenças de softwares adicionais necessários ao pleno funcionamento da solução, de acordo com as especificações técnicas deste termo de referência, bem como, tudo que for necessário à instalação física e lógica dos softwares, migração e configuração dos ambientes, devem ser fornecidos pela CONTRATADA, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.
- 3.1.12. A CONTRATADA será responsável, durante a vigência do contrato, pela avaliação de todo o ambiente com o intuito de identificar possíveis cenários com potenciais oportunidades de otimização da infraestrutura virtualizada e física para ganhos de desempenho e redução de custos, sem detrimento do desempenho do ambiente.
- 3.1.13. Ao final da implementação, o ambiente deverá estar totalmente funcional na solução de segurança, mediante aceite definitivo da CONTRATANTE.

### 3.2. Dos Requisitos Técnicos:

#### 3.2.1. Requisitos técnicos que a solução deve apresentar:

- 3.2.1.1. Cada pacote de *software* ofertado deve ser instalado em sua última versão estável e estar

coberto por contrato de suporte e atualização de versão pelo(s) fabricante(s) durante toda a vigência da licença de *software*.

- 3.2.1.2. Todos os componentes da solução devem permitir sua instalação em ambiente virtual, servidores físicos de propósito genérico ou em *appliance* virtual especializado.
- 3.2.1.3. A solução deverá estar licenciada de forma a integrar o mesmo painel de gerenciamento da solução já em uso no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 3.2.1.4. Todas as licenças contratadas devem ser integradas aos painéis de gerenciamento da solução *Cyberark* já em uso no TRE-PR, recebendo as mesmas configurações já aplicadas nas licenças atualmente utilizadas pelo Tribunal.

## 4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

### 4.1. Dos requisitos de garantia:

- 4.1.1. A garantia deverá ser na modalidade remota e ou presencial pelo prazo de duração da licença contratada, bem como o mesmo prazo para os serviços de suporte, contados a partir do recebimento definitivo do produto, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.
- 4.1.2. O serviço de suporte deverá ser prestado integralmente pelo fabricante do software ou por empresa autorizada expressamente pelo mesmo.
- 4.1.3. Todas e quaisquer atualizações disponibilizadas para os produtos contidos na Solução aqui pretendida estarão inclusas no serviço de garantia.
- 4.1.4. A Contratada deverá manter, **durante a vigência da garantia**, e às suas expensas, central de atendimento para abertura de chamados técnicos em regime de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano. A central deverá ser acionada por e-mail, canal para abertura de chamados técnicos por meio de serviço *web* da contratada ou por telefone 0800 no idioma Português.
- 4.1.5. Na abertura do chamado técnico, deverá ser fornecido um número de registro único para cada chamado.
- 4.1.6. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, prestar todas as informações solicitadas pelos gestores, esclarecendo dúvidas, inclusive, dando todo o suporte necessário no que tange a levantamentos e estudos referentes ao objeto da contratação, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**.
- 4.1.7. A contratada deverá atender aos chamados para suporte em, no máximo, 8h em dias úteis ou não, sendo que a solução definitiva ou de contorno deverá ocorrer em, no máximo, 72h (setenta e duas horas).
- 4.1.8. Caso seja dada uma solução de contorno, a contratada deve garantir que a solução adotada atenda às condições mínimas de funcionamento, e deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, aplicar solução definitiva.

### 4.2. Da entrega do objeto:

- 4.2.1. As licenças deverão ser disponibilizadas em até **7 (sete) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato e entregues de forma eletrônica através dos seguintes endereços:
  - 4.2.1.1. **Para o TRE-PR:** pelo e-mail da **Assessoria de Segurança Cibernética** - [asc@tre-pr.jus.br](mailto:asc@tre-pr.jus.br) ou na sede do TRE-PR, Rua: João Parolin, 224, Bairro: Prado Velho, Cidade: Curitiba-PR,

CEP: 80220-902.

4.2.1.2. **Para o TRE-PA:** pelo e-mail [aguillar@tre-pa.gov.br](mailto:aguillar@tre-pa.gov.br), ao servidor Marcelo dos Santos Aguilar, telefone **(91) 3213- 4664** ou **(91) 3241-4375**, ou na sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Cidade: Belém-PA, CEP: 66015-160.

4.2.2. As licenças deverão constar no rol de licenças disponíveis na conta existente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ou do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, a ser informada à contratada após a assinatura do contrato.

4.2.3. Do local de realização dos serviços:

4.2.3.1. **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná:** serão realizados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, **mediante prévio agendamento junto à Assessoria de Segurança Cibernética através do e-mail [asc@tre-pr.jus.br](mailto:asc@tre-pr.jus.br).**

4.2.3.2. **Tribunal Regional Eleitoral do Pará:** serão realizados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em Belém, na Rua João Diogo, nº 288, **mediante prévio agendamento junto ao servidor Marcelo dos Santos Aguilar, telefone (91) 3213- 4664 ou (91) 3241-4375, e-mail [aguillar@tre-pa.gov.br](mailto:aguillar@tre-pa.gov.br).**

4.2.4. No **TRE-PR**, os serviços serão realizados em dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, no horário compreendido entre 12h e 20h (doze e vinte horas).

4.2.5. No **TRE-PA**, os serviços serão realizados conforme dias e horários de funcionamento do órgão.

#### 4.3. Do Recebimento:

4.3.1. **Do recebimento provisório:** Os serviços de instalação e configuração serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 01 (um) dia útil contado da data de entrega, pela área responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.2. **Do recebimento técnico:** as licenças e serviços serão recebidos tecnicamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento provisório, por comissão técnica designada pela área responsável, do cumprimento das exigências de caráter técnico.

4.3.3. **Do recebimento definitivo:** as licenças e serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento técnico, pelo setor demandante, depois que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.3.4. Os serviços contratados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### 4.4. DA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO:

4.4.1. Apresentar plano de instalação e configuração, que deverá contemplar todos os tipos de ativos em produção na rede da contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação do gestor/fiscal técnico.

4.4.2. Apresentar certificados, ao Gestor da contratação, que comprovem a capacidade dos profissionais técnicos em implantação e configuração de ambiente Cyberark Certified Sentry

ou Cyberark Certified Guardian, em até 10 (dez) dias úteis antes do início da primeira fase do projeto, emitida pelo fabricante da solução, conforme item 4.5.12.

- 4.4.3. Deverá realizar a implantação física “assistida” ou remota de todo componente do software necessário para o funcionamento do item contratado, incluindo sua configuração e integração com *Active Directory*.
- 4.4.4. A implantação deverá contemplar a configuração do gerenciamento de contas das licenças fornecidas na contratação da solução deste termo de referência.
- 4.4.5. Instalação de todos os módulos da solução, incluindo elementos de contingência/DR.
- 4.4.6. Integração com os módulos já utilizados da solução por este Tribunal.
- 4.4.7. Integração com a base de usuários do *Active Directory* do órgão.
- 4.4.8. Homologação e testes.
- 4.4.9. Entrega em produção.
- 4.4.10. Operação assistida;
- 4.4.11. O processo de entrega das licenças e instalação completa deverá ocorrer em no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

#### **4.5. Das demais obrigações:**

- 4.5.1. Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português.
- 4.5.2. A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.
- 4.5.3. A CONTRATADA deve repassar ao CONTRATANTE todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactam no objeto da presente contratação, bem como fornecer acesso a documentação comprobatória dessas vantagens.
- 4.5.4. Executar, fielmente, o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade e boas práticas recomendadas pelo fabricante para implantação e configuração dos produtos objeto deste Termo de Referência e seus anexos.
- 4.5.5. A CONTRATADA e seus colaboradores e/ou representantes deverão zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes a infraestrutura de hardware e software, sistemas, dados hospedados em algum dispositivo de armazenamento, usuários, topologia, configurações, políticas de segurança e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, bem como após o seu término, conforme Termo de Sigilo e Responsabilidade (Anexo II).
- 4.5.6. A CONTRATADA deverá entregar todas as documentações produzidas nas Fases de implantação da solução em formato editável (.doc, .docx ou .odt).
- 4.5.7. A CONTRATADA deverá elaborar os relatórios, apresentações e atas de reunião.
- 4.5.8. É responsabilidade da CONTRATADA dimensionar adequadamente o quantitativo de recursos necessários para a perfeita execução dos serviços, devendo contar com profissionais que tenham plenas condições de cumprir as atividades, de maneira não cumulativa.

- 4.5.9. A CONTRATADA quando expressamente solicitado pela CONTRATANTE deverá promover a substituição de profissional cuja operação esteja em desacordo com a melhor técnica vigente, devendo a empresa alocar substituto com grau equivalente ou superior de qualificação técnica.
- 4.5.10. A CONTRATADA deverá alocar profissionais para a execução das atividades de acordo com o projeto.
- 4.5.11. O Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo II – deverá ser entregue aos gestores/fiscais do contrato em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato.
- 4.5.12. A documentação comprobatória da certificação dos profissionais envolvidos nas atividades descritas no item 4.4.2 deverão ser entregues aos gestores/fiscais do contrato em até 10 (dez) dias úteis antes do início da primeira fase do projeto.
- 4.5.13. Aplicar as melhores práticas do fabricante das soluções descritas neste documento no que tange os procedimentos de instalação, configuração e operação das soluções.
- 4.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato:** Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

Nº	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
I	Entrega de versões finais dos produtos e da documentação	Realizar entrega de versões finais dos produtos e da documentação produzida.	Contratada
II	Transferência final de conhecimentos	Realizar a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	Contratada
III	Transferência final de conhecimentos	Realizar a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção do serviço.	Contratada
IV	Trâmites finais para encerramento contratual	Providenciar trâmites finais para encerramento contratual.	Contratante

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Subcontratação:** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.
- 5.2. Garantia da contratação:** A garantia será concedida pela fabricante durante a validade das licenças, conforme item 3.1 deste Termo de Referência.
- 5.3. Participação de Pessoa Física:** Não será admitida a participação de pessoa física, conforme IN SEGES Nº 116/2021.

**5.4. Participação de Consórcio:** Não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.2. Da designação de Gestor e Fiscal:** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.3. Das atribuições do fiscal:** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.3.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.3.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.3.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.3.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.3.7. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.3.8. O fiscal do contrato deverá apresentar à CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.3.9. A CONTRATADA deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.3.10. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 6.3.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.3.12. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.3.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.3.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.3.15. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

#### **6.4. Gestor do Contrato:**

- 6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

- 6.4.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.4.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## 7. DO CRITÉRIO DE PAGAMENTO

- 7.1. **Forma de pagamento:** o pagamento será processado em parcela única após entrega e instalação das licenças e apresentação da Nota fiscal.
- 7.2. De acordo com a política de licenciamento estabelecida pelo fabricante do software, o pagamento deverá ser efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo das licenças e a entrega da respectiva nota fiscal.
- 7.3. Relativamente ao TRE/PR, a contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: [asc@tre-pr.jus.br](mailto:asc@tre-pr.jus.br).
- 7.4. Relativamente ao TRE/PA, a contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: [aguillar@tre-pa.gov.br](mailto:aguillar@tre-pa.gov.br).

## 8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 8.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Assessoria de Segurança Cibernética, por meio do telefone (041) 3330-8767 ou pelo e-mail [asc@tre-pr.jus.br](mailto:asc@tre-pr.jus.br).



**Anexo II**

**TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE**

Declaro que tomei conhecimento das regras estabelecidas na Res. TSE 23.644/21, que instituiu a **Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral**, bem como das demais regras relativas à segurança da informação adotadas ou editadas pelo TRE/PR, publicadas na Intranet.

Comprometo-me a seguir as normas vigentes, as boas práticas associadas à segurança da informação e as determinações oriundas da administração do TRE/PR, assim como a zelar pelo sigilo das informações que me forem confiadas e pela integridade dos sistemas a serem utilizados.

Comprometo-me, em especial, a guardar sigilo acerca dos dados pessoais e dos relativos ao processo eleitoral aos quais tiver acesso em razão do trabalho desenvolvido, não os utilizando para qualquer outro fim que não a consecução da atividade pública, assim como a fazer uso adequado dos recursos tecnológicos que estiverem à minha disposição, sob pena de incorrer nas sanções previstas, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (lei 13709/2018) e com a Lei de Acesso à Informação (lei 12527/2011).

<b>Nome Completo</b>	<b>Assinatura</b>

<b>Cargo ou Função</b>	<b>Empresa (se terceirizado)</b>

<b>Local</b>	<b>Data</b>

**Este documento deve ser armazenado em meio físico por, no mínimo,  
um ano após o desligamento do colaborador.**

Termo de Sigilo e Responsabilidade – CGSI - revisado em 21/02/2022

Classificação da informação: DADOS PESSOAIS

Versão 1.11 novembro/2022.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

**ANEXO III**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2024**

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90.030/2024 (PAD 18.300/2023), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

<b>Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Nome do representante legal:</b>
<b>Endereço completo:</b>
<b>CEP:</b>
<b>Telefone:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Nº Conta Corrente:</b>

**1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **contratação de serviço de disponibilização de licenças durante o período de subscrição e prestação de serviços de renovação e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, gerenciamento de acesso remoto privilegiado, gerenciamento de identidades e proteção de endpoint da solução Cyberark**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (órgão participante), conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência (Anexo I do edital) e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste

instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.2. Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo:

LOTE ÚNICO						
ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE TRE-PR	QTDE TRE-PA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
01	WORKFORCE-STANDARD-USER-SAAS	Workforce Identity Standard per user	Unidade	3.000	150	
02	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	Unidade	60	50	
03	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	Unidade	20	-	
04	EXT-VENDOR-USER-SUBS	PAM Remote Vendor User with Advanced Remote Access for 10 remote users	Unidade	03	02	
05	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	Unidade	2.500	1450	
06	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	Unidade	1000	-	
07	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	Unidade	1.000	-	
08	EPM-TARGET-SVR-SAAS	EPM for Server per server	Unidade	50	40	
09	APP-REGIONS-SUBS	Secret management enterprise with Conjur enterprise and Credential	Unidade	02	-	

		<i>Providers for a single region or datacenter</i>				
10	Serviço de Instalação e configuração	Serviço de Instalação e configuração de forma remota das Soluções Cyberark	Unidade Serviço Técnico	40	10	

**1.2.1.** A especificação completa dos itens encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

**1.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

**1.4. Da contratação dos itens registrados:**

**1.4.1.** Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e os órgãos participantes a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para a contratação do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**1.4.2.** Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR e os órgãos participantes notificarão o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

**1.4.3. Das obrigações do fornecedor:**

**1.4.3.1.** Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

**1.4.3.2.** Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do edital).

**1.4.3.3.** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas

validades encontrem-se vencidas.

**1.4.3.4.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

## **2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

**2.1.** Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras previstas no art. 7º do Decreto 11.462/23:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Remanejar os quantitativos da Ata, observando o disposto no item 10;
- c) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 6;
- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;
- e) Deliberar quanto à adesão posterior de órgão e entidades não participantes, conforme disposto no item 3;
- f) Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no item 3.3, nos termos do item 3.3.1.

**2.2.** Constituem obrigações do órgão participante, dentre outras previstas no art. 8º do Decreto 11.462/23:

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive quanto a eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- c) Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais;

d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao TRE-PR e registrá-las no SICAF; e

e) Prestar as informações solicitadas pelo TRE-PR quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.

### **3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (ADESÃO)**

**3.1.** Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**3.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

**3.2.1.** O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná somente autorizará a adesão após a aceitação do fornecedor.

**3.3.** Após a autorização do TRE-PR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

**3.3.1.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante

solicitação do órgão ou da entidade não participante, aceita pelo TRE-PR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**3.4.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

**3.5. Dos limites para as adesões:**

**3.5.1.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**3.5.2.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**3.6.** Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES**

**4.1.** Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**4.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**4.2.2.** Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

## **5. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;
- c) Remanejamento de quantidades.

## **6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados:**  
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**6.1.3.** Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 6.3.

### **6.2. Da negociação dos preços registrados:**



**6.2.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.2.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.2.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**6.2.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.2.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

**6.2.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.2.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão

gerenciador, e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.2.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**6.2.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.2 e no item 6.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.2.2.6.** O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

### **6.3. Do reajuste:**

**6.3.1.** Os preços inicialmente registrados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/08/2024.

**6.3.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da ata de registro de preços, do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

## **7. DAS SANÇÕES**

**7.1.** Conforme disposições na minuta do contrato.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1. Do cancelamento do registro do fornecedor:** o registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

**8.1.1.** Descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos.

**8.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

**8.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**8.1.5.** O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

**8.1.6.** A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

**8.1.7.** No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

**8.2. Do cancelamento dos preços registrados:** o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.2.1.** A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

## **9. DO CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** O Cadastro de Reserva é formado pelas licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e pelas licitantes que mantiverem sua proposta original.

**9.1.1.** A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

**9.2.** Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

**a)** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

**b)** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

## **10. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo TRE-PR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**10.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**10.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**10.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**10.3.** O TRE-PR será considerado participante para efeito do remanejamento.

**10.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no item 3.

**10.5.** Competirá TRE-PR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**10.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do

remanejamento dos itens.

**11. DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

**11.2.** E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a presente, em formato digital, para um só efeito legal.

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura Representante legal)  
Nome do Representante Legal: .....  
Cargo: .....

\_\_\_\_\_  
Solange Maria Vieira  
Diretora-Geral do TRE-PR

**TRE  
PARANÁ****CONTRATO Nº ...../20...****PAD 18300/2023****ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE TIC, que entre si fazem  
o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO PARANÁ e a empresa**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o Pregão eletrônico nº...../....., sob a forma de Registro de Preços, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ nº ....., com sede na cidade de ....., à Rua ....., nº, bairro:....., CEP ....., telefone (....) ....., e-mail: [.....](#), neste ato representada por ....., CPF n.º \*\*\*xxx.xxx-\*\*, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de disponibilização de licenças para uso durante o período de subscrição, contemplando a renovação e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, gerenciamento de acesso remoto privilegiado, gerenciamento de identidades e proteção de endpoint da solução Cyberark, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no Termo de Referência anexo a este Contrato.**

**1.2.** As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei de licitações nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, bem como com às disposições descritas no Edital de Licitação, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3.** De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso XXIX, o objeto do presente contrato será realizado pelo regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**2.1 -** Das especificações: *(adequar os itens respectivos conforme o pedido e a vigência respectiva)*

ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	Validade da Licença	Quantidade
1	WORKFORCE-STANDARD-USER-	Workforce Identity Standard per user	36 meses	
2	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	36 meses	
3	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	24 meses	
4	EXT-VENDOR-USER-SUBS	PAM Remote Vendor User with Advanced Remote Access for 10 remote users	36 meses	
5	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	36 meses	
6	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	24 meses	
7	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	10 meses	
8	EPM-TARGET-SVR-SAAS	EPM for Server per server	36 meses	
9	APP-REGIONS-SUBS	Secret management enterprise with Conjur enterprise and	36 meses	
10	Serviço de Instalação e configuração	Serviço de Instalação e configuração de forma remota das Soluções Cyberark	01 dia (8h)	

**2.2 –** As especificações, os Requisitos Técnicos Mínimos e demais condições estão discriminados no ANEXO I – Termo de Referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**3.1 -** A entrega e o recebimento do objeto ocorrerão conforme prazo estipulado nos itens 3 e 4 do Termo de Referência – Anexo I.

**3.2 -** Local da prestação dos serviços: prédio sede do **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**, em Curitiba, na Rua João Parolin, nº. 224 – Prado Velho, **mediante prévio agendamento junto à Assessoria de Segurança Cibernética através do e-mail [asc@tre-pr.jus.br](mailto:asc@tre-pr.jus.br)**



## **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **4.1. Incumbe ao CONTRATANTE:**

I- exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, e seus anexos e deste instrumento contratual;

II- decidir acerca das solicitações da CONTRATADA relacionadas à execução do contrato no prazo de 1(um) mês, prorrogável uma vez por igual período;

III- efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento contratual, após a liquidação da respectiva nota fiscal/fatura;

IV- informar à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o telefone, endereço e e-mail para contato;

V- fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor formalmente designado;

VI -manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

## **CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**5.1** - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência.

### **5.2 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):**

**5.2.1** - As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

**5.2.2** - A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, ensejará MULTA DE 10% do valor total do contrato.

**5.2.3** - É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**5.3-** Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

## **CLAUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA**

**6.1** - O presente contrato vigorará 36 meses (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

*(\*adequar a vigência conforme o item a ser adquirido )*

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**7.1** – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho Resumido nº .....

Notas de Empenho: 2024NE....., emitida em ...../...../2024;

Elemento de despesa: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_;

Categoria Econômica: Custeio;

Código do SIASG: 27022

## CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

**8.1** - Pelos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ ..... (.....), em parcela única, conforme a seguir especificado:

Item	Modelo	Descrição	Validade da licença	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	WORKFORCE-STANDARD-	Workforce Identity Standard per user	36 meses			R\$ .....
2	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	36 meses			R\$ .....
3	PRIV-STANDARD-USER-SUBS	Privileged Access Management - PAM per User	24 meses			R\$ .....
4	EXT-VENDOR-USER-SUBS	PAM Remote Vendor User with Advanced Remote Access for 10	36 meses			R\$ .....
5	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	36 meses			R\$ .....
6	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	24 meses			R\$.....
7	EPM-TARGET-WRK-SAAS	EPM for Workstation per workstation	10 meses			R\$.....
8	EPM-TARGET-SVR-SAAS	EPM for Server per server	36 meses			R\$ .....
9	APP-REGIONS-SUBS	Secret management enterprise with Conjur enterprise and Credential Providers for a single region or datacenter	36 meses			R\$.....
10	Serviço de Instalação e configuração	Serviço de Instalação e configuração de forma remota das Soluções Cyberark	01 dia (8h)			R\$ .....
Valor Total						R\$.....

**8.1.1** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais aplicáveis ao objeto da contratação.

**8.2 – Do documento fiscal:**

**8.2.1** – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR, na Assessoria de Segurança Cibernética, por meio do telefone (41) 3330-8767 ou pelo e-mail [asc@tre-pr.jus.br](mailto:asc@tre-pr.jus.br), em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

**8.2.1.1** – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

**8.2.1.2** - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

**8.3 – Das condições do pagamento:**

**8.3.1** - O pagamento será em **parcela única**, somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**8.3.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**8.3.2.1.** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**8.3.2.2** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 5 (cinco) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**8.3.2.3** - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 5 (cinco) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**8.3.3** – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.3.4** – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.2.1.2.

**8.3.4.1** – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**8.3.5** – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

**8.3.6 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA:** Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ :

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

**8.4 – Da regularidade fiscal:**

**8.4.1** – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**8.4.1.1** – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**8.4.1.1.1** – Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

**8.4.2** – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**8.4.2.1** – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 7º e art. 117, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

## CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

**10.1** - Considerando a especificidade do objeto e o pagamento efetivado antecipadamente, não haverá incidência de reajuste sobre os valores antecipados.

**10.2**- Caso haja prorrogação do contrato, o reajuste será calculado mediante aplicação do índice acumulado do ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA a cada 12 meses contados da data do orçamento **(14/08/2024)**.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**11.2** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.2.1 - DA GRADUAÇÃO DAS SANÇÕES:** Situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação das penalidades de **ADVERTÊNCIA e SANÇÃO**, graduadas em LEVE, MÉDIA, GRAVE e GRAVÍSSIMA de acordo com a gravidade e os prejuízos causados à Administração:

I - leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.

II - média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimo: Inadimplemento total, que acarreta paralização total da prestação dos serviços, recaiando em Extinção Contratual.

**11.2.1 - a) ADVERTÊNCIA:** Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

<b>Fatos Imputáveis</b>	
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE;
<b>3</b>	Atraso na entrega de qualquer documentação exigida na contratação

**11.2.1 - b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

<b>Graduação da sanção</b>	<b>Relação de descumprimentos (exemplificativos)</b>	<b>Dosimetria e base de incidência</b>
<b>MÉDIA</b>	1. Atraso injustificado no início da execução do objeto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, com limite de 20 (vinte) dias;	0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato.
	2. Atendimento por profissionais inabilitados, caracterizado pela falta ou insuficiência de certificados ou documentos similares ou pelo atendimento deficiente, quer seja na fase de implantação, quer seja nos serviços de garantia técnica ;	3% (três por cento) sobre o valor total do Contrato.
	3. Não entrega de quaisquer documentos exigidos, desde que não implique inexecução parcial do objeto ;	2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato.
	4. Falha na prestação dos serviços, tais como, falta ou falha de informações ao Contratante, falta ou falha do Plano de Instalação e Configuração, implantação incompleta de alguma fase do processo, falha na migração e/ou na configuração dos ambientes, falha na compatibilização dos ambientes com aquele utilizado pelo Contratante ou falta de solução no atendimento à garantia técnica	5% (cinco) por cento sobre o valor total do contrato.
	5. Atraso superior a 20 (vinte) dias na implantação (início da execução do objeto) será considerado como inexecução parcial, limitado a 30 (trinta) dias, podendo, após	7% (sete por cento) sobre o valor total do Contrato, podendo ser cumulado com impedimento de

	esse prazo, ser extinta a contratação	licitar e contratar.
	6. Atraso na conclusão do processo de entrega das licenças e implantação da solução;	10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, podendo ser cumulado com impedimento de licitar e contratar.
	7. Atraso de até 20 (vinte) dias na prestação da garantia técnica;	5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato.
	8. A partir de 21 dias de atraso na prestação da garantia técnica, poderá ensejar multa compensatória, além da análise quanto à extinção unilateral do contrato;	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com impedimento de licitar e contratar.
	9. Não atendimento ao chamado técnico ou falta/falha nos serviços de operação assistida	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com impedimento de licitar e contratar .
	10. Indisponibilidade da central de atendimento para os chamados técnicos durante o período definido contratualmente	5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com impedimento de licitar e contratar.
<b>GRAVÍSSIMA</b>	11. Não observância da Lei Geral de Proteção de Dados	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
<b>GRAVÍSSIMA</b>	12. Paralisação total ou abandono da prestação dos serviços, que implique extinção unilateral da contratação.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, cumulada com impedimento de licitar e contratar.
	13. Inadimplemento total do contrato.	

**11.2.2** – Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração;
- b)** inexecução total do contrato;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

**11.2.3** – Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa;

- b)** praticar ato fraudulento;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.3** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**11.4** - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.5** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**11.6** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado pela Contratada, que lhe assegure ciência inequívoca do ato.

**11.7** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**11.8** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**11.8.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**11.9** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.10** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**11.11** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.12** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**13.1** - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**14.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2024

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Solange Maria Vieira**  
Diretora-Geral - TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>1</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.